



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 057/2025

Cajamar/SP., 4 de novembro de 2025.

CAMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR

Senhor Presidente,

PROTOCOLO
3753/2025

DATA / HORA
04/11/2025 12:07:43

USUÁRIO
120.XXX.XXX.XXX

Tem a presente a finalidade de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei, que: **"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 1.813 DE 26 DE MARÇO DE 2.020, QUE TRATA SOBRE O CONTROLE SOCIAL DO SUS NO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, REORGANIZA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E OS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

Primeiramente, cumpre-nos observar que, em decorrência da padronização nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Saúde - CMS e demais instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS), a Secretaria Municipal de Saúde constatou a necessidade de alterar a denominação do "Conselho Gestor de Unidades de Saúde" para "Conselho Local de Unidade de Saúde de Cajamar", adequando-se à nomenclatura utilizada em âmbito nacional.

A alteração tem por finalidade uniformizar a terminologia com a utilizada nas demais esferas de gestão do SUS, garantindo harmonização institucional, coerência administrativa e facilidade de integração junto aos sistemas e documentos oficiais de controle e acompanhamento do Conselho Nacional de Saúde.

Outrossim, a Secretaria Municipal de Saúde constatou a necessidade de adequações no que se refere ao período de mandato de membros que compõem tanto o Conselho Municipal de Saúde, quanto do atual Conselho Gestor de Unidades de Saúde, nos termos dos artigos 13 e 21 da Lei nº 1.813 de 26 de março de 2.020, a fim de possibilitar a manutenção de parte dos membros integrantes de referidos Conselhos, uma vez que já estão capacitados e atuantes, visando fortalecer o grupo e manter o equilíbrio no compartilhamento de conhecimento e troca de informações com os novos integrantes dos diferentes segmentos que o compõem, sobretudo, considerando que será necessário ampliar o número de conselhos locais em razão de serviços novos, a exemplo o Complexo da Saúde.

A medida visa garantir maior participação social e aperfeiçoar o funcionamento dos Conselhos, assegurando uma representação mais ampla e plural dos diversos setores envolvidos na Política de Saúde Local.

Por fim, observamos que o mandato do "Conselho Gestor de Unidades de Saúde" findar-se-á em 19/12/2025, razão pela qual, há a urgência na atualização de sua normativa para que se possa efetivar as escolhas e indicações necessárias.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 057/2025 – fls. 02

Diante do exposto, face à importância da matéria, solicitamos a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores que deliberem, sobre o projeto em tela, em regime de urgência, nos exatos termos do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Cajamar.

Na certeza de podermos contar com a costumeira atenção desse Douto Colegiado, subscrevemo-nos, reiterando, no ensejo, a Vossa Excelência e Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

KAUÂN BERTO SOUSA SANTOS
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
EDIVILSON LEME MENDES
DD. Presidente da Câmara do Município de
CAJAMAR -SP.



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 144 , DE 4 DE NOVEMBRO DE 2025

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 1.813 DE 26 DE MARÇO DE 2.020, QUE TRATA SOBRE O CONTROLE SOCIAL DO SUS NO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, REORGANIZA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E OS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art. 1º Ficam alteradas as redações dos artigos 13 e 21 da Lei 1.813 de 26 de março de 2020, passando a vigorarem da seguinte forma:

"Art. 13. O mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Cajamar (CMS/Cajamar) será de 02 (dois) anos, estabelecendo-se a seguinte regra ao final de cada mandato:

I - será admitida uma recondução a todos os membros eleitos;

II - após a primeira recondução, será admitida, para os períodos subsequentes, a recondução de até 25% (vinte e cinco por cento) dos membros eleitos";

III - extrapolado o limite disposto no inciso anterior, a definição dos 25% (vinte e cinco por cento) dos membros reconduzidos será feita pelo critério de maior idade, e, havendo empate, a escolha será definida por votação interna."

"Art.21. O mandato dos membros dos Conselhos Locais de Unidade de Saúde de Cajamar será de 02(dois) anos, estabelecendo-se a seguinte regra ao final de cada mandato:

I - será admitida uma recondução a todos os membros eleitos;

II - após a primeira recondução, será admitida, para os períodos subsequentes, a recondução de até 25% (vinte e cinco por cento) dos membros eleitos";

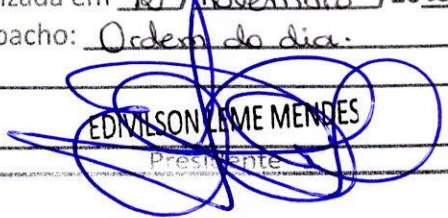
III - extrapolado o limite disposto no inciso anterior, a definição dos 25% (vinte e cinco por cento) dos membros reconduzidos será feita pelo critério de maior idade, e, havendo empate, a escolha será definida por votação interna."

Art. 2º Fica alterada a Lei 1.813 de 26 de março de 2020, para **onde se lê:** "Conselhos Gestores das Unidades de Saúde de Cajamar" **leia-se:** "Conselho Local de Unidade de Saúde de Cajamar".

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cajamar, 4 de novembro de 2025.

KAUÃN BERTO SOUSA SANTOS
Prefeito de Cajamar

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR
Incluído no expediente da sessão Ordinária
Realizada em 12/ novembro /2025
Despacho: Ordem do dia.

EDIVILSON LEME MENDES
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR
APROVADO em discussão e votação única
na 17ª sessão ordinária
com 16 (dezesseis) votos favoráveis
e 0 (zero) votos contrários
em 12 / 11 / 2025


EDIVILSON LEME MENDES
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Parecer Nº 179/2025, da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei nº 144, de 04 de novembro de 2025.

Projeto de Lei nº 144/2025, de autoria Exmo. Sr. Prefeito Kauã Berto Sousa Santos, cuja ementa: "Dispõe Sobre Alterações na Lei nº 1.813 de 26 de Março de 2020, que Trata Sobre o Controle Social do Sus no Município de Cajamar, Reorganiza o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos Gestores de Unidades de Saúde, e dá outras providências."

INTRODUÇÃO

Trata-se de análise desta comissão, acerca do Projeto de Lei nº 144/2025, de autoria Exmo. Sr. Prefeito Kauã Berto Sousa Santos, cuja ementa: "Dispõe Sobre Alterações na Lei nº 1.813 de 26 de Março de 2020, que Trata Sobre o Controle Social do Sus no Município de Cajamar, Reorganiza o Conselho Municipal de Saúde e os Conselhos Gestores de Unidades de Saúde, e dá outras providências," acompanhada da mensagem nº 057/2025.

A propositura devidamente protocolizada na Secretaria da Câmara Municipal de Cajamar, após juízo favorável de admissibilidade nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Seguindo as regras regimentais pertinentes ao processo legislativo, a matéria foi remetida a essa Comissão para análise e emissão de parecer, com a distribuição de cópias aos Senhores Vereadores.

É o sucinto relatório

2 - ANÁLISE

Em análise à matéria em tela, a avaliação será adstrita a constitucionalidade, legalidade e juridicidade das proposições legislativas, devendo continuar nos trâmites legais desta Casa.

Página 1/2



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Parecer Nº 179/2025, da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei nº 144, de 04 de novembro de 2025.

Quanto à redação do Projeto em discussão, entendemos que não há incorreções e que o Projeto de Lei, respeita os padrões técnicos exigidos pela casa.

3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 144/2025, apto a ser apreciado, quanto ao mérito, pelo plenário desta Edilidade.

É como votamos.

Cajamar, 11 de Novembro de 2025

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A TESTADO
ALEXANDRO DIAS MARTINS

Presidente

[Assinatura]
FLÁVIO MARQUES ALVES

Vice- Presidente

[Assinatura]
ELISON BEZERRA SILVA

Secretário

Página 2/2



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Procuradoria Jurídica

PARECER Nº 291/2025

Ref.: Projeto de Lei nº 144, de 04 de novembro de 2025

Assunto: Reorganização do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Gestores de Unidades de Saúde

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL – PROJETO DE LEI ORDINÁRIA – INICIATIVA DO PREFEITO MUNICIPAL – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS – COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL – ASSUNTO DE INTERESSE LOCAL – *INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS FORMAIS OU MATERIAIS – CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.*

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei ordinária que “**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 1.813 DE 26 DE MARÇO DE 2.020, QUE TRATA SOBRE O CONTROLE SOCIAL DO SUS NO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, REORGANIZA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E OS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

A propositura é de autoria do Prefeito Municipal e vem acompanhada de justificativa.

É, em síntese, o relatório. Passo à apreciação estritamente jurídica.

II – FUNDAMENTAÇÃO



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Procuradoria Jurídica

Urge destacar, prefacialmente, que a análise desta Procuradoria fica adstrita à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das proposições legislativas, caracterizando uma análise meramente técnica. Logo, não cabe ao órgão técnico-jurídico adentrar no mérito da proposição, isto é, realizar um juízo quanto à sua conveniência e oportunidade.

Nesse diapasão, verifica-se que a matéria objeto do presente projeto de lei está inserida na competência legislativa municipal, porquanto altera a redação de dispositivos da Lei Municipal 1.813/20, a fim de realizar uma reorganização administrativa do Conselho Municipal de Saúde e dos Conselhos Gestores de Unidades de Saúde. Ou seja, assunto de interesse local, nos moldes do art. 30, I, da Constituição Federal, bem como do art. 11, XIX, da Lei Orgânica do Município.

Ademais, quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo atinente à matéria, a hipótese é de iniciativa reservada ao Chefe do Executivo, vez que trata da estruturação de órgãos da Administração Pública, na forma do art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município.

Dessarte, não há que se falar em vício de iniciativa, vez que a proposição em tela é de iniciativa do Prefeito Municipal.

Igualmente, não se vislumbra a existência de qualquer vício de inconstitucionalidade material no texto normativo da proposição.

III – CONCLUSÃO

À vista das razões expostas, manifesto-me pela constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em epígrafe.

Está, conseqüentemente, apto a ser apreciado, quanto ao mérito, pelo Plenário desta Edilidade, dependendo, para aprovação, por se tratar de lei ordinária, do voto da maioria parlamentar simples, em um único turno de discussão e votação, na forma do parágrafo único do



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

Procuradoria Jurídica

art. 71 da Lei Orgânica do Município. Ressaltando-se que houve solicitação de urgência para a apreciação da proposição, com fundamento no art. 74 da Lei Orgânica do Município, a qual deverá, portanto, ser apreciada no prazo 45 (quarenta e cinco) dias.

É o parecer, s.m.j.

Cajamar, 11 de novembro de 2025.


BRUNO DI COSTANZO PICCOLO SOMBINI
Procurador da Câmara Municipal de Cajamar



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

FOLHA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 144/2025: "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 1.813, DE 26 DE MARÇO DE 2020, QUE TRATA SOBRE O CONTROLE SOCIAL DO SUS NO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, REORGANIZA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E OS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ÚNICA DISCUSSÃO

17ª SESSÃO

ORDINÁRIA

CERTIFICAMOS QUE A CONTAGEM DOS VOTOS DA PROPOSITURA ACIMA MENCIONADA, APRESENTOU O SEGUINTE RESULTADO:

16 (dezesseis) VOTOS A FAVOR 0 (zero) VOTO CONTRÁRIO 1 (um) ABSTENÇÃO = SENDO PORTANTO APROVADO POR UNANIMIDADE


PRESIDENTE


2º SECRETÁRIO

12 de novembro de 2025.

=====

OBSERVAÇÕES: ADOTOU-SE NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE:

I) QUORUM MAIORIA SIMPLES



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

VEREADOR	FAVOR	CONTRA
ADRIANO DONIZETE DE OLIVEIRA		
DIEGO ARAGÃO DA SILVA		
CLEBER CANDIDO SILVA		
DIOGO DE CARVALHO UTSUNOMIYA		
EDER DA SILVA DOMINGUES		
EDIVILSON LEME MENDES		
ELISON BEZERRA SILVA	Presidente	
FLAVIO MARQUES ALVES		
IZELDA GONÇALVES CARNAÚBA CINTRA		
JOSE ADRIANO DA CONCEIÇÃO		
MANOEL PEREIRA FILHO		
MARCELO DA ROCHA SANTIAGO		
REINALDO DOS SANTOS		
SAULO ANDERSON RODRIGUES		
TARCÍSIO MOREIRA DE CARVALHO		
VINÍCIUS ZAGO JARDIM		
WILLIAM SILVA OLIVEIRA		



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo - www.camaracajamar.sp.gov.br

AUTÓGRAFO Nº 2.400/2025

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR faz publicar o seguinte AUTÓGRAFO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR resolve APROVAR, em seus termos o Projeto de Lei nº 144/2025, que **"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI Nº 1.813 DE 26 DE MARÇO DE 2.020, QUE TRATA SOBRE O CONTROLE SOCIAL DO SUS NO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, REORGANIZA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E OS CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

AUTORIA DO EXECUTIVO

Art. 1º Ficam alteradas as redações dos artigos 13 e 21 da Lei 1.813 de 26 de março de 2020, passando a vigorarem da seguinte forma:

"Art. 13. O mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Cajamar (CMS/Cajamar) será de 02 (dois) anos, estabelecendo-se a seguinte regra ao final de cada mandato:

I - será admitida uma recondução a todos os membros eleitos;

II - após a primeira recondução, será admitida, para os períodos subsequentes, a recondução de até 25% (vinte e cinco por cento) dos membros eleitos";



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

www.camaracajamar.sp.gov.br

Autografo nº 2.400/2025 - fls. 2

III - extrapolado o limite disposto no inciso anterior, a definição dos 25% (vinte e cinco por cento) dos membros reconduzidos será feita pelo critério de maior idade, e, havendo empate, a escolha será definida por votação interna."

"Art.21. O mandato dos membros dos Conselhos Locais de Unidade de Saúde de Cajamar será de 02(dois) anos, estabelecendo-se a seguinte regra ao final de cada mandato:

I - será admitida uma recondução a todos os membros eleitos;

II - após a primeira recondução, será admitida, para os períodos subsequentes, a recondução de até 25% (vinte e cinco por cento) dos membros eleitos";

III - extrapolado o limite disposto no inciso anterior, a definição dos 25% (vinte e cinco por cento) dos membros reconduzidos será feita pelo critério de maior idade, e, havendo empate, a escolha será definida por votação interna."

Art. 2º Fica alterada a Lei 1.813 de 26 de março de 2020, para **onde se lê:** "Conselhos Gestores das Unidades de Saúde de Cajamar" **leia-se:** "Conselho Local de Unidade de Saúde de Cajamar".

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos – Cajamar, 12 de novembro de 2025.



Câmara Municipal de Cajamar

Estado de São Paulo

www.camaracajamar.sp.gov.br

Autografo nº 2.400/2025 - fls. 3

MESA DA CÂMARA



EDILSON LEME MENDES
Presidente



IZELDA G. CARAUBÁ CINTRA
2º Secretário



FLÁVIO MARQUES ALVES
3º Secretário

Registrada na Câmara Municipal de Cajamar, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e publicada no Diário Oficial do Município.



RENATA DI NIRO PERISSOLI
Diretora do Legislativo